

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDO

PARECER Nº. 06/93

COMISSÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

Sobre o Substitutivo nº. 01, de autoria da Comissão de Justiça, ao Projeto de Lei nº. 51/93-E, que "Extingue a Taxa de Iluminação Pública por revogação da Lei Municipal nº. 567/85 e do art. 86, I, da Lei Municipal nº. 770/90".

A Comissão de Serviços Municipais, em reunião realizada na Câmara Municipal de Agudo, e examinando o Substitutivo nº. 01, da Comissão de Justiça, ao Projeto de Lei nº. 51/93-E, concluiu o que segue:

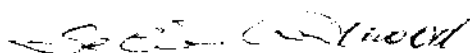
1º) que é incontestável a inconstitucionalidade da cobrança da taxa de iluminação pública no moldes vigentes e, no mérito, concorda com a matéria; e

2º) que, pelas deficiências do Projeto original, fazem-se necessárias as alterações propostas pela Comissão de Justiça em seu Substitutivo nº. 01.

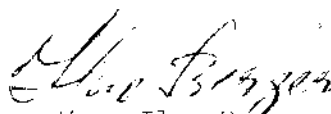
Assim, a Comissão de Serviços Municipais vota, unanimemente, pela aprovação do Substitutivo nº. 01 ao Projeto de Lei nº. 51/93-E.

É o Parecer.

Agudo, 08 de novembro de 1993.


Ver. Selió Milbradt
Presidente


Ver. Bertil Dunkel
Vice-presidente


Ver. Ilvo Berger
Secretário

